

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº32/XVI/1ª

REVISÃO E VALORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES REMUNERATÓRIAS E DAS CARREIRAS DAS FORÇAS ARMADAS

A crise de efetivos nas Forças Armadas é um fenómeno que se vem verificando há largos anos, sempre com tendência para se agravar. O défice de praças é o mais acentuado, colocando as Forças Armadas portuguesas em risco de passarem a ter mais oficiais que praças nos quartéis. Segundo a Associação de Oficiais das Forças Armadas, só em 2022, houve uma redução de 7,2% do efetivo, ou seja, de cerca de 10 mil militares. De acordo com o Ministério da Defesa, em 2023 faltavam 13% de militares no quadro permanente, sendo o número muito maior quando falamos dos que estão a contrato: quase metade das vagas previstas na lei estão por preencher. No Exército a situação é ainda mais grave, com menos 5000 militares do que o previsto. Na Marinha, há menos 1 288 do que era suposto e na Força Aérea o valor em falta é semelhante. Já em 2023, verificou-se uma redução de efetivos de 980 militares, o que é grave.

É neste contexto que é trazida para o debate público a possibilidade de ser reintroduzido o Serviço Militar Obrigatório, cuja extinção foi aprovada em 1999 e concretizada em 2004. O fim do Serviço Militar Obrigatório foi uma conquista importante para o nosso país, sendo hoje notoriamente consensual na sociedade o desejo que assim continue. Mais, esta solução, para além de errada, não resolveria o problema da falta de efetivos, constituindo um artifício para contornar o problema da falta de atratividade das carreiras das forças armadas.

E é a falta de atratividade da carreira a principal causa da falta crónica de efetivos nas forças armadas, desde logo os baixos salários pagos aos militares. Com efeito, de acordo com a Associação de Praças, o salário bruto dos militares em 2024 (sem impostos deduzidos) varia entre um mínimo de 821,83€ (único escalão sem Suplemento de

Condição Militar), de um soldado recruta, e um máximo de 6.558,53€ (valor que já inclui um SCM de 1.176,42€), pertencente ao Chefe do Estado-Maior do Exército, almirantes e generais. No caso dos praças, há 20 escalões diferentes que variam entre os 821,83€ e os 2.015,82€; nos sargentos há 19 escalões, em que a remuneração mais baixa é de 1.253,68€ e a maior de 2.593,73€; por fim, nos oficiais, as variações oscilam entre 30 escalões de 1.321,07€ e 6.558,53€.

Significa isto que um militar em início de carreira apenas pode esperar receber 1,83€ além do Salário Mínimo Nacional. Por seu turno, um militar da GNR pode ganhar quase mais 500€ do que nas Forças Armadas. Esta disparidade na atratividade de carreira coloca problemas quer no recrutamento de militares, quer na sua retenção nas Forças Armadas, pois estes profissionais naturalmente procuram carreiras melhor remuneradas.

Ora, não é com retribuições ao nível do Salário Mínimo Nacional que se torna a carreira mais atrativa e, conseqüentemente, se resolve o problema da falta de efetivos. É certo que o anterior Governo procedeu ao aumento do suplemento da condição militar. Porém, tal medida foi considerada insuficiente pelas associações profissionais de militares, nomeadamente no que diz respeito à sua produção de efeitos pois pretendiam que se retroagissem a 1 de janeiro de 2022 e não 2023. Reclamam, ainda uma melhoria dos cuidados de saúde prestados à família, melhor Apoio Social e a revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

Entende, por estas razões, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que se impõe uma revisão mais abrangente das condições remuneratórias e das carreiras dos militares das Forças Armadas, valorizando-as de modo a torna-las mais justas e atrativas e, conseqüentemente, responder à falta de efetivos nas Forças Armadas.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Inicie e conclua até ao final de 2024 o processo de revisão e valorização das condições remuneratórias e das carreiras dos militares das Forças Armadas, ouvindo as Associações Profissionais de Militares.

Assembleia da República, 12 de abril de 2024.
As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Fabian Figueiredo; Joana Mortágua; Isabel Pires;
José Soeiro; Mariana Mortágua